

ANEXO IX

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2013.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA CULTURA E O COORDENADOR E RESPONSÁVEL PELO PROJETO SELECIONADO.

Pelo presente instrumento, a União, por intermédio do Ministério da Cultura, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado pela Exma. Sra. Ministra de Estado, xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE e o Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, coordenador(a) e responsável pelo projeto selecionado no Concurso Nacional nº 01/2013, brasileiro(a), CI nº _____, expedida pela _____ CPF nº _____, residente e domiciliado(a) no endereço _____, CEP nº _____, doravante denominado CONTRATADO, em conformidade com o Processo nº 01400.014934/2013-10, referente ao Concurso nº 01/2013, têm, entre si, justo e avençado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a Instrução Normativa SLTI do MPOG nº 02 de 2008 e demais normas que regem a espécie, bem como às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

§ 1º O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de apresentação de trabalho artístico próprio - área _____, selecionado no **Concurso nº 01/2013**, em conformidade com o projeto apresentado.

§ 2º O objeto definido nesta cláusula corresponde ao desenvolvimento do trabalho artístico-cultural, sob forma de projeto, apresentado pelo CONTRATADO, selecionado, nos termos de seu Concurso e da publicação de seu resultado no Diário Oficial da União - DOU -, de ____ de _____ de 2013.

§ 3º Este Termo de Contrato vincula-se ao Regulamento do Concurso e demais anexos, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DO TRABALHO:

Parágrafo único - O trabalho será realizado no desenvolvimento do projeto citado na Cláusula Primeira do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

§ 1º Os serviços de que trata este Contrato serão prestados diretamente pelo CONTRATADO, no período compreendido entre **10/06/2014 a 15/07/2014**, durante a realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, devendo atender sempre às conveniências do contratante.

§ 2º O CONTRATADO, responsável Técnico pela execução do Projeto, responderá pela coordenação técnica de todas as atividades do projeto, e se responsabilizará administrativamente por todo o conjunto do trabalho, independentemente da existência de outros profissionais responsáveis técnicos.

§ 3º Todas as atividades dos trabalhos artísticos contratados deverão ocorrer exclusivamente nas cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, conforme estipulado no item 1 do Edital.

§ 4º Após a assinatura do contrato, o contratado deverá realizar a atividade cultural em conformidade com a aprovação do MinC.

§ 5º. Em caso de necessidade de substituição de integrantes do trabalho artístico contratado, ou eventual alteração de data, observado o subitem 1.2 do Edital, o pedido justificado deverá ser submetido à Comissão Organizadora do Concurso, em até 30 (trinta) dias da data de início da execução do trabalho.

§ 6º O pleito será analisado pela Comissão Organizadora deste concurso, cabendo ao Presidente a decisão conclusiva. Apenas mediante autorização da Comissão Organizadora poderá haver alteração prevista no subitem 16.1.1, do Edital.

§ 7º A solicitação de que trata o subitem 16.1.1 do Edital, deverá ser endereçada para: Comissão Organizadora - Setor Comercial Sul, Qd. 09 Lt "C", Ed. Parque Cidade Corporate, Torre "B", 12º andar, Sala 1203 - CEP: 70.308-200 - Brasília - DF.

§ 8º Fiscais do MinC acompanharão a execução dos projetos, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

§ 9º Os fiscais serão nomeados por meio de publicação no DOU.

§ 10º O contratado deverá prestar todas as eventuais informações solicitadas pelo MinC durante essa fase.

§ 11º Todo projeto contratado no concurso será fiscalizado, in loco, por servidor do Ministério da Cultura durante a sua execução e o pagamento do contrato estará condicionado à aprovação da realização da atividade pelo fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

§ 1º. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), pela execução do projeto, conforme divulgado no Concurso e seus anexos.

§ 2º. O valor relativo ao pagamento do serviço contratado somente será pago após a execução do objeto deste contrato.

§ 3º. Caso haja antecipação parcial do pagamento do contrato, conforme subitem 14.15, do Edital, este será descontado do valor total a ser pago após a execução do objeto contratado.

§ 4º. O pagamento será efetuado pelo Ministério da Cultura através de Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias, no banco, agência e conta corrente indicados na Ficha de Inscrição, mediante a apresentação do relatório de execução dos serviços, devidamente atestado sua conformidade pelo gestor designado pelo Ministério da

Cultura para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e consulta "ON LINE" ao SICAF e juntada ao processo, a "Declaração de Situação" do contratado junto àquele Sistema e demais declarações legais exigíveis.

§ 5º. Poderá haver antecipação parcial do pagamento do contrato de até 30% (trinta por cento) do valor do projeto, mediante a comprovação que deverá ser descrita, no ato da inscrição, para mensurar e justificar sua viabilidade, levando em consideração a entrega de produto ou as atividades de pré-produção e pré-execução, tais como: reserva e compra de bilhetes aéreos, marítimos, terrestre ou aluguéis de veículos de transporte, reservas ou pagamento antecipado de hospedagem, aluguel e reserva de espaço físico, confecção de materiais ou acessórios, compra de material, pagamentos de seguros de obra ou equipamento, autorizações, taxas de ocupação, pagamento de serviço, aluguel de equipamento, custo com pesquisa ou demais serviços que comprovem a sua necessidade.

§ 6º A liberação dos recursos financeiros para os projetos selecionados no Eixo Brasil Audiovisual, previsto no subitem 3.20 do Edital, se dará nas seguintes condições:

I. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no ato da contratação pelo Ministério da Cultura;

II. 40% (quarenta por cento) do valor do contrato mediante comprovação de conclusão da etapa de pré-produção, com definição de locações, apresentação de cópias de contratos do elenco principal, quando for o caso, e com equipe técnica principal, e cópias de contrato de locação de equipamentos de gravação ou comprovação da reserva destes equipamentos;

III. 30% (trinta por cento) do valor do contrato após a entrega dos produtos finais estabelecidos nos subitens 3.21.6.1, 3.21.6.2 e 3.21.6.3 do Edital, mediante aprovação da Secretaria do Audiovisual (SAv) do Ministério da Cultura.

§ 7º. Todas as despesas referentes à preparação e execução do objeto estão incluídas no valor deste CONTRATO, sendo de responsabilidade do CONTRATADO.

§ 8º. O valor correspondente ao objeto deste contrato será pago mediante o "aceite" do fiscal do contrato.

§ 9º. Por se tratar de serviço não contínuo, o valor contratual será fixo e irrevogável em atendimento aos preceitos do art. 55, inciso III, da Lei 8666 de 1993.

§ 8º. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Contrato.

§ 10º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data referida neste subitem até a data do efetivo adimplemento do valor devido, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

§ 11. O valor dos encargos moratórios de que trata o § 10º desta cláusula será incluída na nota fiscal/Fatura a ser paga.

CLÁUSULA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS:

Parágrafo único – O pagamento de impostos, as taxas, os emolumentos, as contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do Contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO:

§ 1º. O presente Contrato ficará vigente por 12 (doze) meses, a contar a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que verificado alguma das hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º. O prazo de execução dos serviços é de 35 (trinta e cinco) dias, compreendendo o período de 10 de junho de 2014 a 15 de julho de 2014, de acordo com o cronograma de apresentação feito pela CONTRATANTE.

§ 3º. A CONTRATADA se compromete a fazer _____ (_____) apresentações, no período estipulado no § 2º desta cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

§ 1º. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Ministério da Cultura, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

§ 2º. O representante do Ministério da Cultura deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos trabalhos artísticos e do contrato.

§ 3º. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no anexo I deste projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

§ 1º. O Ministério da Cultura, através do gestor do contrato, realizará avaliação do nível de atendimento dos serviços executados.

§ 2º. Após a execução do objeto contratual, o Ministério da Cultura atestará a sua realização a contento, de acordo com as regras previstas no Edital e anexos do Concurso e conforme projeto aprovado pela Comissão de Avaliação e Seleção.

§ 3º. Nos eventos ocorridos em outros estados que tenha sido delegada a competência para o acompanhamento de sua execução será exigido o ateste da execução física do evento, nos termos e em conformidade com o projeto aprovado pela Comissão de Avaliação e Seleção, sendo este instrumento usado com fundamento para ateste financeiro.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

§ 1º. NA FASE DE CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

- a) Analisar a documentação complementar encaminhada pelo candidato e a sua situação cadastral perante órgão do Governo Federal.
- b) Proceder à formalização da contratação do candidato.
- c) Pagar antecipação do contrato, quando for o caso, observadas as condições estabelecidas no **subitem 14.15** do Edital.
- e) Disponibilizar modelo de relatório simplificado de cumprimento da execução do objeto contratual ao candidato contratado.
- f) Disponibilizar as imagens a serem utilizadas pelo candidato, para os casos previstos no **subitem 2.21** do Edital.
- g) Prestar orientações e informações ao candidato pertinentes à documentação complementar e à contratação.

§ 2º. NA EXECUÇÃO DO PROJETO:

- a) Fiscalizar as atividades culturais contratadas durante a sua execução, conforme prescreve o artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.
- b) Preparar relatório sobre o cumprimento da execução do projeto vistoriado.

§ 3º. NA FASE DE COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL:

- a) Analisar os relatórios, do contratado e do fiscal, de cumprimento da execução do objeto contratual.
- b) Proceder ao pagamento do contrato, no caso de aprovação do relatório de cumprimento, a contento, da execução do objeto contratual.
- c) Adotar os procedimentos legais relacionados com eventual descumprimento da execução do objeto contratual.
- e) Prestar orientações e informações ao contratado pertinentes à fase de comprovação de cumprimento da execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

§ 1º. NA FASE DE CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

a) Enviar a documentação complementar nas condições estipuladas nos **itens 14 e 15**, exclusivamente ao endereço: Ministério da Cultura - Comissão Organizadora - Setor Comercial Sul, Qd. 09 Lt "C", Ed. Parque Cidade Corporate, Torre "B", 12º andar, Sala 1203 - CEP: 70.308-200 - Brasília - DF.

b) Atender às solicitações e encaminhar eventuais documentos adicionais solicitados pelo MinC, nos prazos e condições estabelecidos.

c) Proceder à assinatura do contrato.

§ 2º. NA EXECUÇÃO DO PROJETO:

a) Realizar a atividade cultural proposta exatamente como aprovada pelo MinC.

b) Inserir a logomarca do MinC quando houver peças promocionais da atividade produzida pelo contratado, em observância ao **subitem 2.21** do Edital.

c) Informar imediatamente à Comissão Organizadora do concurso qualquer eventual ocorrência impeditiva para a realização de alguma atividade prevista no trabalho contratado.

d) Prestar quaisquer informações solicitadas pelos fiscais do MinC, no prazo estipulado.

§ 3º. NA FASE DE COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL:

a) Encaminhar relatório sobre a atividade cultural realizada, devidamente assinado.

b) Prestar informações, atender às solicitações e encaminhar eventuais documentos adicionais solicitados pelo MinC, nos prazos e condições estabelecidos.

c) A documentação referente à fase de comprovação da execução do objeto contratual deverá ser encaminhada exclusivamente ao endereço: Ministério da Cultura - Comissão Organizadora - Setor Comercial Sul, Qd. 09 Lt "C", Ed. Parque Cidade Corporate, Torre "B", 12º andar, Sala 1203 - CEP: 70.308-200 - Brasília - DF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS DE USO E REPRODUÇÃO DE IMAGEM

Parágrafo único - Os direitos de uso e reprodução de imagem sobre o trabalho elaborado pelo CONTRATADO devem seguir os termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Nestes termos, o CONTRATANTE pode dispor do trabalho para todo e qualquer fim, sempre mencionando a autoria, independentemente de qualquer remuneração especial ou adicional àquela ajustada neste contrato, podendo qualquer das partes publicá-lo em revistas especializadas, exposições e também em meios eletrônicos diversos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO:

Parágrafo único - A assinatura deste contrato importa na afirmativa, pela CONTRATADA, da inexistência de impedimento, de qualquer natureza, para o estabelecimento de relação jurídica com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

§ 1º. A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

§ 2º. A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada, a subcontratação parcial ou total sem autorização do CONTRATANTE, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados dos serviços objeto deste Contrato implicarão, conforme o caso, na aplicação das seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total;
- III. multa de 1% (um por cento) do valor da etapa do Contrato por dia, limitado a 10 (dez) dias, no caso de atraso na execução, não ultrapassando de 10% (dez por cento);
- IV. rescisão unilateral do Contrato, na hipótese de ocorrer:
 - a) o previsto no inciso II;
 - b) a extrapolação dos 10 (dez) dias previstos no inciso III, sem prejuízo do pagamento das respectivas multas;
 - c) o inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas.
- V. pela rescisão do Contrato, por iniciativa do CONTRATADO, sem justa causa, multa de 10% (dez por cento) do valor total atualizado do Contrato, sem prejuízo do pagamento de outras multas que lhe tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar ao CONTRATANTE;
- VI. pela aplicação das penalidades acima, caberá, ainda, a critério do CONTRATANTE, suspensão temporária do direito de participação em contratações e/ou concursos organizados pelo Ministério da Cultura, por prazo de até 2 (dois) anos.

§ 3º. As multas serão descontadas dos pagamentos a que o CONTRATADO fizer jus, ou recolhidas diretamente à tesouraria do CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contadas a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

§ 4º. Para a aplicação das penalidades aqui previstas, o CONTRATADO será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

§ 5º. As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 6º. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

§ 1º. O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, no caso de inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, sujeitando o CONTRATADO às penalidades previstas neste instrumento, e em especial por:

- I. o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, especificações ou prazos;
- II. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, sem autorização do CONTRATANTE;

III. a lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;

IV. a paralisação dos serviços, sem justa causa ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

V. o desatendimento das orientações regulares das pessoas designadas para acompanharem e fiscalizarem a execução deste Contrato;

VI. o cometimento reiterado de falhas na execução deste Contrato;

VII. protesto de títulos ou a emissão de cheques sem a suficiente provisão que caracterizem a insolvência do CONTRATADO;

VIII. razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento;

IX. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

§ 2º. Em qualquer das hipóteses acima referidas, o CONTRATADO deverá reparar integralmente os prejuízos causados ao CONTRATANTE, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, que poderão ser aplicadas no todo ou em parte, a critério exclusivo do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

§ 1º. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho _____; Natureza da Despesa: _____; Fonte de Recursos: _____.

§ 2º. Para a cobertura das despesas foi emitida a Nota de Empenho nº _____, em ____/____/____, no valor global de R\$ _____ (_____) à conta da dotação especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS VEDAÇÕES:

Parágrafo único - É vedado à CONTRATADA:

a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

c) A subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

d) A cobrança, a qualquer título, de valor de ingresso junto ao público para a apreciação das apresentações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS GARANTIAS E CAUTELAS EM RAZÃO DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

Parágrafo único - Em razão da antecipação do pagamento de até 30%, o contratado deverá:

a) Devolver o valor antecipado, caso não executado o objeto; ou

b) Comprovar a execução de parte do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

§ 1º. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, do valor inicial atualizado do contrato, conforme § 1º do art.65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Parágrafo único - Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Concurso e seus anexos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS:

Parágrafo único - Este contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa SLTI do MPOG nº 02 de 2008, por suas cláusulas e preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO:

§ 1º O Foro para solucionar os litígios que decorrerem deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal

§ 2º E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA
CONTRATADA
TESTEMUNHAS

- 1.
- 2.